

## “CRIANÇAS TRANS EXISTEM?”: UM DEBATE SOBRE A CISGENERIDADE E OS SABERES PSIS

*Júlia Muniz de Alvarenga<sup>1</sup>*  
*Giovanna Marafon<sup>2</sup>*

### RESUMO

“Crianças trans existem?” é uma pergunta frequente e que parece incomodar profissionais de diferentes instituições que atravessam a vida de crianças. Em diálogo com Fávero e Ambra (2023), o objetivo do presente trabalho é problematizar o “pânico moral” que opera nesse debate, pois a cisgeneridade se sente ameaçada pela existência trans e tenta controlar desde a infância qualquer manifestação que escape da binaridade das normas de gênero dominantes. Para tanto, analisamos algumas narrativas presentes nas experiências profissionais das duas autoras, uma como docente do campo da Psicologia e Educação na formação de professoras/es, e a outra como psicóloga no sistema de justiça, na área da infância e juventude. A partir das narrativas, observamos que o “olhar adultocêntrico cisheterocentrado” (Couto Júnior, Pocahy, Oswald, 2018), ao não reconhecer e acolher a existência de diferentes infâncias, pratica violências e dificulta a abertura para outras sensibilidades na relação entre profissionais e crianças em dissidências. Na leitura de Nascimento, Santos e Adad (2022), aceitamos o convite para “bailar com as infâncias” e repensar a educação e a proteção social com crianças, por meio de uma análise crítica da cisgeneridade e dos saberes psis.

**Palavras-chave:** Criança Trans, Dissidências, Educação, Proteção Social.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH - da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - RJ. Bolsista FAPERJ, [juliamunizalvarenga@gmail.com](mailto:juliamunizalvarenga@gmail.com);

2 Doutora em Psicologia. Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ. Bolsista Prociência, [giovannamarafon@gmail.com](mailto:giovannamarafon@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

**T**oca uma sirene de alerta. A luz vermelha e o som da sirene tomam a instituição. Qual será o perigo? Uma pessoa adulta cisgênera acaba de perceber a movimentação diferente de uma criança. A criança que já não correspondia à expectativa da norma cisgênera, agora quer ser chamada por outro nome. Quantas perguntas passam na cabeça da pessoa adulta que ativou a sirene: “Crianças trans existem?”; “Mas ela não é muito nova para decidir isso?”; “E se virar moda e todas as crianças começarem a fazer isso também?” etc.

A cena acima narrada é fictícia, porém mais comum do que imaginamos. Essa instituição pode ser a família, uma escola, um serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, entre outras instituições que atravessam a vida de uma criança. Entendemos esse episódio como efeito do “pânico moral”, tal como discutido por Sofia Favero e Pedro Ambra (2023) no trabalho “A anatomia de um pânico moral”, no qual referem que os “setores importantes da sociedade sentem haver um grande e perigoso aumento de experiências trans, cujo horror alcança suas expressões máximas ao se aproximar da infância” (p. 14).

Para analisar como opera esse “pânico moral” em curso precisamos colocar em questão a cisgeneridade e como ela atua, principalmente na relação com as crianças; discutir como os saberes psis contribuíram para esse pânico; e se a psicologia pode ajudar a romper com essa perspectiva da binaridade de gênero, que ainda é dominante. Para tanto, neste trabalho trazemos algumas situações e problemáticas que atravessam nossos fazeres como docente e como psicóloga, tanto na formação docente na Faculdade de Educação de uma universidade pública na periferia do sudeste brasileiro quanto na atuação como psicóloga no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente em uma grande metrópole brasileira na região sudeste. O enfoque proposto se dá na relação com pessoas adultas que lidam cotidianamente com crianças, nas escolas e nas instituições de acolhimento. Por isso, a problematização se volta para tornar ponto central da crítica e da discussão os adultos e a cisgeneridade para pensar e abrir possibilidades vitais, sem censura, para as vivências de crianças trans.

É com o objetivo de encarar o pânico moral que assombra as pessoas cisgêneras que pretendemos produzir uma análise e pensar estratégias, para sensibilizar profissionais, do campo da educação e da assistência social, para as diferentes experiências de infâncias, incluindo as crianças trans.

## METODOLOGIA

A partir das experiências de pesquisa das duas profissionais, autoras do texto, pretendemos narrar e analisar algumas situações que nos chamaram a atenção nesses campos de atuação, que são também nossos campos de pesquisa. Questionar a cisgeneridade compulsória e entender como ela atua nas nossas práticas profissionais psis, é um exercício em que nós, autoras do trabalho, nos lançamos, pois também tivemos nossas infâncias reguladas pelo modo binário de gênero e, apesar da localização enquanto crianças e adultas cis, aliamos-nos às discussões do transfeminismo e também buscamos romper com o sistema da cisgeneridade. O assunto, portanto, foi constituindo nossos campos (aqui em diálogo), em conformidade com o que encontramos na escrita de Peter Spink (2003) a respeito do campo-tema. Neste caso, somos parte do campo-tema ou, ainda, campo-tema/problema. Assim, as pessoas envolvidas, as discussões, as ambiências, fazem parte do que contamos.

Neste texto apresentamos alguns fragmentos de situações em que o gênero estava em questão, frequentemente envolvido por falas de pânico moral e expressões de preocupação com as infâncias. As situações serão apresentadas a partir de dois movimentos: 1) discussões relacionadas ao direito ao nome social em escolas e as infâncias possíveis nesses espaços, realizadas com docentes em formação inicial e 2) recolhas de falas, observações e estranhamentos entre profissionais do CISTema de Justiça e dos serviços de acolhimento. O termo “CISTema” é uma crítica ao modelo adotado pelo sistema sexo-gênero que pretende favorecer as pessoas cisgêneras, em detrimento das pessoas trans, dinâmica ainda predominante no sistema de justiça, como explicam Mário Gomes, Sara Wagner York e Leandro Colling (2022).

Foram pinçadas do diário de campo docente situações de dois semestres que marcaram a professora, mulher branca cisgênera, em aulas da disciplina de Psicologia da Educação em 2022 e 2023. Os registros do diário de campo partem de duas experiências: no curso de licenciatura em Geografia (aproximadamente 30 estudantes, com idades de 20 a 70 anos, majoritariamente homens cisgêneros, pertencimento étnico-racial majoritariamente negro - pardos e pretos) no curso de Pedagogia (aproximadamente 25 estudantes, todas mulheres cisgêneras e um homem cisgênero, com idades entre 21 e 65 anos, pertencimento étnico-racial majoritariamente negro - pardas e pretas).

No curso de Geografia nenhuma outra disciplina havia abordado gênero e identidade de gênero - eram estudantes do 5o período no curso. Na Pedagogia, disciplina do 2o período, a maioria de estudantes desconhecia o tema, embora

provenientes de semestres diferentes no curso. Algumas estudantes haviam cursado a disciplina de Educação Inclusiva e tinham alguma noção de estudos de gênero, mas desconheciam termos como cisgeneridade e as questões em torno do direito ao nome social e à autodeterminação de gênero por crianças em idade escolar.

Outros elementos, que serão colocados em análise, partem do diário de campo da atuação de uma das autoras como psicóloga no Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), entre 2016 a 2022. Para o trabalho de assessoramento técnico às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude nas fiscalizações semestrais dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro, foram criadas perguntas no roteiro técnico da equipe de Psicologia para o contato com direção, equipe técnica e educadoras(es) dos serviços, que buscavam fazer um mapeamento inicial sobre o trabalho com crianças e adolescentes em dissidências de gênero. Cabe destacar que o roteiro técnico não tinha como objetivo seguir como um questionário regular, as perguntas eram feitas durante as conversas com profissionais e, a partir dessas perguntas, outras questões surgiam e eram debatidas durante as reuniões.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O texto de Favero e Ambra, citado anteriormente, integra um dossiê “Epidemia trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade” (2023), da Revista Cult. Após a divulgação da nova edição da revista na página da Revista Cult na rede social Instagram, inúmeros comentários, desde críticas ao título como “sensacionalista”, até discursos conservadores de pessoas que se dizem protetores das crianças, demonstram como pensar a experiência trans na infância ainda é algo desafiador, pois há uma fiscalização de gênero em que a criança é vista, segundo Paul Preciado (2020), como um “artefato biopolítico”.

O debate de Paul Preciado é inspirado nas discussões de biopolítica realizadas por Michel Foucault (2010), em que o poder que operava apenas a partir da disciplina dos corpos, avança com o biopoder ao buscar a regulamentação não do corpo individual, mas da população. Na crítica de Preciado (2020), a sexualidade e o gênero são focos da regulamentação, pois o poder, a partir das normas, tem como objetivo fazer a manutenção de uma “nação heterossexual” e da binaridade de gênero:

(...)A biopolítica é vivípara e pedófila. O que está em jogo é o futuro da nação heterossexual. A criança é um artefato biopolítico que permite normalizar o adulto. A polícia de gênero vigia os berços para

transformar todos os corpos em crianças heterossexuais. Ou você é heterossexual ou a morte o espera. A norma faz a ronda ao redor dos recém-nascidos, exige qualidades femininas e masculinas distintas da menina e do menino. (PRECIADO, 2020, p. 71).

Como efeito desse processo, Preciado (2020) critica os ditos defensores da infância e da família quando partem de visões heterossexuais e de gênero normalizadas. Ele ainda aponta os sofrimentos e as violências geradas pelo desrespeito ao direito de cada pessoa, inclusive criança, à autodeterminação de gênero.

Para repensar essa lógica policialesca, Favero e Ambra (2023) destacam que devemos entender que a cisgeneridade também funciona como uma instituição, pois ela produz subjetividades e, na estrutura binária, cria modelos que estabelecem apenas um modo de ser homem e um modo de ser mulher como válidos. O que escapa dessa binaridade, apavora, pois a sociedade organizada sobre esse princípio “não suporta ver modificações corporais que exponham contingências históricas, políticas e culturais responsáveis por definir o contorno dado à noção de corpo, em especial quando se trata de crianças. O corpo nos traz angústia” (FAVERO e AMBRA, 2023, p. 16).

Historicamente, as escolas regularam o gênero de forma binária: espaços para meninas, espaços para meninos; comportamentos femininos, em oposição aos comportamentos ditos masculinos; nomes de meninas, nomes de meninos, criando zonas de inteligibilidade e zonas de ininteligibilidade, exposição às violências e exclusão. A partir do mesmo referencial binário que opera no âmbito educacional, a rede de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes da cidade do Rio de Janeiro também distribui os abrigos a partir de um entendimento que todas as meninas terão demandas iguais, e efetua o mesmo, em relação aos meninos, por isso, tentam justificar os abrigos especializados por divisão etária e de gênero. No entanto, as dissidências das infâncias e das crianças também habitam a escola e os serviços de acolhimento. São crianças consideradas “diferentes”, “estranhas”, “queers”, “viadas” que bagunçam a suposta linearidade compulsória entre sexo-gênero-sexualidade. Elas desnaturalizam o que se consolidou socialmente como natural.

É com o objetivo de estranhar as práticas institucionais, que buscamos compreender quais construções de pensamentos geram obstáculos para o reconhecimento e para a proteção de crianças em dissidências de gênero. Com Viviane Vergueiro (2015), pensamos a cisgeneridade como um conjunto de “compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero” (p. 61). Ao nomear a

cisgeneridade e entender como funciona a regulação das vivências e dos corpos, quando trazemos o foco para as infâncias, observamos que é produzida uma narrativa que a criança não pode falar por si e que a pessoa adulta é que supostamente sabe sobre ela, principalmente quando há uma tentativa de escapar do modelo binário da cisgeneridade.

Os saberes psis, a partir das teorias do desenvolvimento, contribuíram para a construção de uma adultez rígida. Dilton Couto Junior, Fernando Pocahy e Maria Luiza Oswald (2018) explicam que muitas vezes impera na relação adulto-criança o “olhar adultocêntrico (cis)heterocentrado”, pois há uma tentativa das pessoas adultas de impor às crianças as normas de gênero e sexualidade. Isso faz com que nas intervenções tenhamos que discutir o lugar ocupado pelos adultos na relação com as crianças, atravessado pelo reconhecimento de como opera a cisgeneridade na vida de cada qual, interferindo no olhar para as infâncias.

No texto “Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura”, Lucia Rabello de Castro (2001) explica que a partir da compreensão da teoria que a infância é uma etapa da vida adulta, atuam sobre crianças e adolescentes normas sobre como devem ser no presente e no futuro. É necessário fazer uma crítica às concepções dos saberes psis. A autora destaca como a norma psicológica atua definindo quais transformações devem ocorrer a cada período da vida, em uma lógica sequencial e evolutiva, tendo como base parâmetros morais que têm como foco adequar a pessoa aos valores que são considerados positivos pela sociedade e não a partir do interesse da criança e adolescente.

Aliado à essa lógica desenvolvimentista, que cria hierarquias entre a pessoa adulta e as crianças, estão as teorias, também psis, que historicamente contribuíram para patologizar as experiências trans. A presença desses saberes em vários campos, como na escola e no sistema de direitos da criança e do adolescente, demonstra como estão distantes das discussões dos impactos da cisgeneridade na produção de subjetividade, bem como, ainda associam a transgeneridade a uma psicopatologia ligada ao sofrimento psíquico.

Como efeito, quando o assunto é a possibilidade de autodeterminação de gênero de crianças, como proposto por Paul Preciado (2020), ainda é comum, a partir da perspectiva adultocêntrica cisheterocentrada, o argumento de que elas são muito novas para definir o gênero. O curioso é que a mesma premissa não é aplicada para evitar a compulsoriedade da determinação de cisgeneridade que é feita desde o nascimento, como bem problematiza Sofia Favero (2020): “A ideia de ‘precaução’ em relação à transexualidade ‘infantil’ é tributária a uma herança médica que compreende o desvio da norma como um tipo de perigo. E por que não vemos como igualmente ameaçadora a identificação dentro da cisgeneridade?”

(p. 21). Assim, a proposta é interrogar a cisgeneridade e seus feitos, em vez de seguir apontando a transgeneridade como problema.

Para propor o deslocamento de profissionais dos campos da educação e da proteção social de crianças, podemos aprender com Sofia Favero (2022) como questionar a psicologia e entender que é necessário sujá-la, e que “sujar a psicologia não é só dar a ela novos instrumentos, mas desafiar o limite de seus contornos. Violar as regras” (p. 134). Por esse caminho, entendemos ser urgente a busca por referências de outras produções de conhecimento para romper com modelos biomédicos e com lógicas desenvolvimentistas dos saberes psis, pautados pela cisgeneridade e pela perspectiva adultocêntrica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola e as instituições de acolhimento, os chamados abrigos, são lugares de constituição das infâncias, de produção de saberes e práticas que configuram o que se entende por crianças e adolescentes. A escola produz a criança estudante, a/o aluna/o. O abrigo produz a criança alvo da proteção social e estatal. São instituições não isentas de uma produtividade biopolítica, de um modo de produzir jeitos de ser, de estudar, de se relacionar, de morar, de ser cuidada/o. Nesse sentido, abordamos o que essas instituições têm produzido em relação às infâncias e o que essas instituições, ao mesmo tempo, não têm permitido que floresça por meio dos controles e das regulações que exercem, entre elas, a regulação do gênero, mais precisamente das identidades de gênero.

Relatamos, então, a partir das intervenções de aulas de cursos de licenciaturas, em que a maioria de docentes em formação inicial era composta por pessoas cisgêneras, que chegavam às disciplinas de Psicologia da Educação com alguma curiosidade a respeito de como se portariam nas escolas em relação a estudantes em afirmação de gênero distinta daquela atribuída ao nascer e ser registrada/o e/ou em relação ao nome social. Cumpre salientar que mesmo na universidade a discussão a respeito do nome social é recente e, pelo menos até meados da pandemia de Covid e dos semestres de ensino remoto, sabemos de situações de desrespeito ao nome social, listas de presença e no ambiente virtual de aprendizagem em que constava o nome morto da pessoa. Ou, ainda, ambos os nomes constavam nos documentos, o que também contribui com a des-in-formação de docentes que não sabiam qual dos nomes era o social e como se referir a estudantes sem reiterar constrangimentos e perpetuar violências transfóbicas.

As políticas educacionais atuais já não podem ignorar ou negar as dissidências de gênero e sexualidade, mas como estão inscritas em uma biopolítica que

se alia ao governo das condutas, parecem conseguir defender em abstrato o respeito à diferença. Frequentemente no espaço acadêmico da formação docente inicial, nas licenciaturas, aparece como politicamente correto e aceito o discurso do respeito ao outro, ao diferente. Mas, junto com esse discurso ainda reside o escândalo ao pensar e nomear as crianças trans e que elas vão à escola. Infelizmente, são crianças que nem sempre conseguem permanecer na escola, por isso a importância desta discussão.

Quando começamos a apresentar textos sobre crianças e adolescentes trans e travestis nas escolas, emerge o pânico da proximidade com uma realidade viva e pulsante. Destacamos três situações a partir das aulas, que são: a) ideia de que o nome social de crianças e adolescentes trans somente seria respeitado mediante autorização de mães/pais/responsáveis; b) surpresa ao se descobrirem pessoas cis; e c) sensibilidade para impedir violências transfóbicas nas escolas e nas famílias.

Futuras/os docentes falam que precisam da autorização de pais e/ou responsáveis para reconhecer o nome social de crianças e adolescentes trans e travestis nas escolas, quando estas/es têm menos de 18 anos de idade. Mas, e o direito à livre determinação da identidade de gênero? Pode um direito ser desrespeitado por que as escolas criam um obstáculo, ao exigir que pais e responsáveis legais reconheçam o que, sabemos, muitos não reconhecem? E a autonomia da escola para assegurar a não violação de um direito?

A esse respeito, encontramos a nota técnica da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), assinada em 2013 por Berenice Dias, à ocasião presidenta da Comissão Especial de Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB. Em cinco páginas, a nota conclui que crianças e adolescentes que desejarem fazer uso do nome social em documentos de instituições de ensino podem fazê-lo mediante expressão de forma irrefutável. Considera, ainda, absolutamente dispensável a necessidade de autorização de pais e/ou responsáveis para o uso do nome social por crianças e adolescentes, mencionando que em uma eventual ponderação - leia-se entre o expresso por mães/pais/responsáveis legais e as crianças ou adolescentes - "deve prevalecer a possibilidade de adoção do nome social" (p. 4). Não adotá-lo seria ferir os direitos humanos e os direitos de crianças e adolescentes em seus direitos fundamentais. Além disso, não se pode confundir consentimento dos pais com vigilância e proibição que fere a dignidade de crianças e adolescentes e as levaria a situações possivelmente vexatórias, discriminação da identidade de gênero e formas correlatas de LGBTI+fobia.

Abordar essas questões fez com que emergisse a questão central nos diálogos com futuras/os docentes: quando você se percebeu uma pessoa cisgênera?



Olhares de estranhamento. Conversas paralelas. Cis o quê? Cisgênera, eu? Sim, todas as pessoas nas duas turmas de licenciatura, tanto em Geografia quanto em Pedagogia, naqueles dois semestres, eram pessoas cisgêneras. Espanto. Nomear o que não costuma ser assim falado nem visto. Dar nome ao processo que também é uma construção de reiteradas afirmações de gênero ao longo da vida. Não é o gênero natural, até mesmo porque entendemos que seria uma contradição em termos, de algo que pode até ser naturalizado enquanto tal, mas é subjetivado e objetivado por inúmeras operações ao longo do tempo. Não sem constrangimentos, muito pelo contrário. Foi interessante começar a ouvir os constrangimentos, as revoltas com o gênero, os ressentimentos com a tentativa de performar de acordo com as normas de gênero, principalmente nas falas de mulheres cisgêneras e de homens cis gays.

No acúmulo dessas duas discussões entrecruzadas, o direito ao nome social como um acesso ao direito e ao reconhecimento da dignidade de estudantes trans e travestis, junto à percepção e análise da cisgneridade encarnada na vida de pessoas cis, levou ao ponto de sensibilizar para não se tornar um/a docente transfóbica, para ver a transgeneridade não mais como o outro e sim como uma maneira de existir próxima, tão próxima que pode ser a de qualquer pessoa. Inclusive, emergiram relatos de estudantes que têm amigos trans, pessoas trans nas famílias, muitas dessas evangélicas e mais conservadoras. Ao final, uma estudante do curso de Geografia leu uma carta, escrita por uma pessoa da família dela em um grupo de redes sociais da família, na qual uma mãe apresentava de forma nova a sua filha criança, que estava em processo de afirmação de uma identidade de gênero distinta daquela inicialmente designada. A carta era emocionante e mostrava o cuidado e também a preocupação materna para que a filha fosse acolhida e para que os demais membros da família pudessem conhecer de outro modo a experiência infantil que convidava a toda a gente ocupar outros lugares.

No acompanhamento às fiscalizações do MPRJ aos abrigos da cidade do Rio de Janeiro, foi possível observar a resistência de profissionais do CISTema de Justiça e dos serviços de acolhimento de reconhecer a existência das infâncias trans. Tanto profissionais do direito, como psicólogas (os), assistentes sociais, educadoras (es), estranharam o primeiro contato com as perguntas do roteiro técnico, como, por exemplo, a questão sobre a existência de crianças e adolescentes trans acolhidas (os) naqueles espaços. Algumas vezes pontuaram que por se tratar do público infanto-juvenil, tal pauta não era pertinente.

Em algumas visitas aos serviços de acolhimento, quando foi realizada a pergunta sobre a participação de profissionais na palestra oferecida pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) sobre transgeneridade, era comum

escutar de algumas técnicas dos serviços, que, por se tratar de abrigo de crianças, essa discussão não contribuiria para formação profissional, pois era entendido que o debate era apenas para quem atuava em abrigos de adolescentes.

Cabe destacar que no diálogo com profissionais que participaram da referida formação promovida pela SMAS, a palestra teve como foco explicar o fenômeno da transgeneridade e não surgiu uma análise de como opera o sistema binário de gênero na própria rede de serviços de acolhimento do Rio de Janeiro. Impressiona a ausência desse debate, pois além da segmentação da rede com abrigos de adolescentes do gênero feminino e abrigos de adolescentes do gênero masculino, os abrigos de crianças, muitas vezes, separam os quartos e banheiros também por gênero. Sobre isso, Favero (2022) critica o modo como muitas pessoas cis buscam dar sentido à experiência trans, mais para aplacar suas angústias dando nome ao que consideram diferente, e como a “cisgeneridade permanece incapturável. Ela simplesmente não existe, não é vista, não é falada, embora sobre ela se produza, se diga, se coloque muita coisa” (p. 58). Diante desse cenário, em que a transgeneridade segue sendo tratada como fenômeno à parte, como anormal frente à cisgeneridade, que seria o suposto normal, o que esse tipo de formação segue produzindo? Precisamos fazer esse questionamento, se de fato procuramos acolher as experiências diversas de gênero na infância nos abrigos.

Apesar do estranhamento inicial no encontro com as perguntas sobre gênero no roteiro técnico, nas reuniões dos semestres seguintes, foi possível observar movimentos em alguns serviços, novas questões sobre gênero começaram a surgir e se abriu uma oportunidade de aprofundar o debate. A partir de perguntas sobre a dinâmica da instituição e se as crianças apresentavam demandas relacionadas a gênero, existiam relatos de profissionais dos abrigos de situações em que as crianças estavam solicitando serem chamadas por nomes sociais e/ou manifestando o desejo de vestir roupas diferentes, o que para as funcionárias dos serviços era um desafio, pois eram manifestações que rompiam com as determinações binárias de gênero. Entre os episódios narrados, uma psicóloga explicou que um menino estava pedindo para usar vestidos, o que era permitido no espaço do abrigo, mas que para sair na rua e ir para escola não era aceito, devido ao medo das educadoras do serviço de ataques contra a criança fora da instituição. A psicóloga narrou que buscava acolher essas manifestações da criança em relação à roupa, mas ainda não sabia como lidaria caso se tratasse de uma criança trans.

Tais exemplos demonstram como pouco se discute a experiência trans na infância e tampouco é colocado em análise como a cisgeneridade opera nos serviços de acolhimento, muitas vezes fiscalizando, patologizando e minando a possibilidade de outras manifestações de gênero.

Os relatos dos diários de campo das duas autoras demonstram como seria potente incluir na formação de profissionais, que atuam com crianças e adolescentes, debates sobre gênero, que incluam questionar o modo binário de compreender gênero imposto pela cisgeneridade desde a infância. Para isso, tendo como objetivo também romper com a hierarquia da pessoa adulta na relação com a criança, para permitir aprender novos mundos com as crianças, as autoras Leticia Nascimento, Vanessa Santos e Shara Adad (2022) propõem pensar “aprendizagens multirreferenciadas”, para “romper com o padrão monocultural que atravessa os ambientes de aprendizagem e proteção social das infâncias (NASCIMENTO, SANTOS E ADAD, 2022, p. 330).

A estratégia das “aprendizagens multirreferenciadas” procura ir além de reconhecer as pluralidades de experiências (raciais, de gênero, da deficiência, indígenas, periféricas e outras). É um processo que demanda abertura da pessoa adulta para “multiplicar as sensações, abrir-se para o mundo e para os outros de modo visceral e desenraizado” (NASCIMENTO, SANTOS e ADAD, 2022, p. 331).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a proposta das “aprendizagens multirreferenciadas” nos campos da educação e da proteção social, apostamos em algumas novas vertentes dos saberes psi que fazem aliança com o movimento transfeminista, pois contribuem para questionar a cisgeneridade e buscam romper com a patologização da experiência trans, que historicamente determinou que a cisgeneridade seria o natural e a transgeneridade o desvio da norma.

O transfeminismo, ao fazer uma crítica à cisgeneridade, contribui para que a psicologia tenha ferramentas para contrapor o biologicismo, principalmente quando entende que gênero é uma construção social e que a autodeterminação de gênero não é um processo rígido. Beatriz Bagagli (2021) indica que precisamos abandonar as ideias de “certeza” ou “resultado final” para “reconhecer que as crianças devem ter o direito de se identificarem com o gênero com que atualmente se sentem à vontade sem sofrer represálias e rejeição” (p. 62). Por esse caminho de pensamento, a psicologia, por exemplo, poderia contribuir, negando a ideia de um desenvolvimento linear amparado nas normas de gênero, ao destacar como a esfera da subjetividade é múltipla e fluida. Nesse sentido, a psicologia tem a aprender com as infâncias trans e pode ser um saber que intervém na realidade não para normalizá-las, mas para criar as condições de diversas formas de vida visíveis, alegres, brincantes e criativas.

Muitas de nós, pessoas adultas, acreditam que é necessário “dar voz” às crianças e adolescentes no intuito de colocá-las em um suposto lugar de protagonismo. Mas o que essa ideia esconde é que a pessoa adulta, em seu lugar de superioridade, acredita que ela tem esse poder de “dar” e “tirar” a voz da criança. Como se as crianças não tivessem autonomia sobre suas vozes. Se de fato queremos incentivar o protagonismo das crianças, precisamos aprender a escutá-las, de verdade - o que significa ouvir suas vozes. Diferente da adultez, as infâncias plurais são povoadas de modos novos e criativos de entender o mundo. É com foco em romper com a rigidez desse mundo adulto cheio de normas, que seguimos a proposta de Nascimento, Santos e Adad (2022) para “bailar com as infâncias” e sair da hierarquia entre pessoa adulta-criança que impede a criação de outros modos de pensar e experienciar o gênero e a sexualidade.

## REFERÊNCIAS

BAGAGLI, B. P. Cisnormatividade e o cuidado com a saúde de pessoas trans na infância e adolescência. In: STONA, J.; CARRION, F. **O cis no divã**. Salvador: Devires, 2021, p. 49-64.

CASTRO, L. R. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: Castro, L. R. de (org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2001

COUTO JÚNIOR, D. R., POCAHY, F. A. & OSWALD, M. L. M. Crianças e infâncias (im) possíveis na escola: dissidências em debate. **Periódicus**, 1(9), 2018, p. 55-74.

FAVERO, S. **Crianças Trans**. Salvador: Devires, 2020.

\_\_\_\_\_. **Psicologia Suja**. Salvador: Devires, 2022.

FAVERO, S.; AMBRA, P. Anatomia do pânico moral. In: Dossiê Epidemia Trans? Um debate sobre infância, gênero e normatividade. São Paulo: **Cult**, 2023, p. 14-17.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOMES, M. S. C; YORK, S.W.; COLLING, L. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos

fundamentais. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 02, 2022, p. 1097-1135.

NASCIMENTO, L. C. P.; SANTOS, V. N.; ADAD, S. J. H. C. *Infâncias ingovernáveis: aprendizagens e proteção social*. In: FRANÇA, R. M. S.; COSTA, T. C. M. **Questão social, direitos e políticas públicas na realidade brasileira contemporânea**. Teresina: EDUFPI, 2022, p. 317-338.

OAB - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Nota técnica sobre uso do nome social em escolas e universidades**. Brasília, DF. 2013. Disponível em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota\\_tecnica\\_oab\\_uso\\_de\\_nome\\_social\\_nas\\_escolas.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/237640/nota_tecnica_oab_uso_de_nome_social_nas_escolas.pdf). Acesso em: 10 de dez 2023

PRECIADO, P.B. Quem defende a criança queer?. In: PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano- Crônicas da travessia**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 69-73.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-constitucionista. **Psicologia e Sociedade**, 15 (2), 2003, p. 18-42.

VERGUEIRO, V. **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.